

PSICOLOGIA SOCIAL EM TEMPOS DE CRISE: ENTREVISTA DE JOSÉ MANUEL SABUCEDO

*PSICOLOGÍA SOCIAL EN TIEMPOS DE CRISIS:
ENTREVISTA DE JOSÉ MANUEL SABUCEDO*

*SOCIAL PSYCHOLOGY IN CRISIS TIMES:
INTERVIEWING JOSÉ MANUEL SABUCEDO*

Domenico Uhng Hur¹

¹ Universidade Federal de Goiás, Goiânia/GO, Brasil

José Manuel Sabucedo é professor catedrático de Psicologia Social da Universidade de Santiago de Compostela/Espanha (USC). Foi membro do Conselho Diretivo da *International Society of Political Psychology* - ISPP. É presidente e fundador da *Sociedad Científica Española de Psicología Social* e ex-editor da revista de *Psicología Social*. Escreveu mais de 150 publicações científicas, entre artigos, livros e capítulos. Muitos destes trabalhos foram realizados em colaboração com pesquisadores de países como: Argentina, Colômbia, Holanda, Suécia, Inglaterra, França etc. Alguns de seus livros mais destacados, como autor ou co-organizador, são: *Psicología Política* (Sabucedo, 1996), *Medios de Comunicación de masas y conducta política* (Sabucedo & Rodríguez, 1997), *Psicología y Derechos Humanos* (Corte, Blanco, & Sabucedo, 2004), *Do descontento a acción* (Fernández & Sabucedo, 2004), *Études et Chantiers de Psychologie Politique* (Dorna & Sabucedo, 2006), *Los escenarios de la violencia* (Sabucedo & Sanmartín, 2007) e *Psicología Social* (Sabucedo & Morales, 2015).

Suas principais áreas de pesquisa são a Psicologia Social e a Psicologia Política. Trabalha, fundamentalmente, em dois principais temas de pesquisa: (a) a ação coletiva e (b) a violência política. No primeiro, suas principais contribuições estão vinculadas ao papel das emoções positivas nos protestos e na necessidade de incluir a dimensão moral nesse comportamento. Seus últimos trabalhos demonstram como a obrigação moral intensifica de maneira significativa o poder explicativo do Modelo da Identidade Social da Ação Coletiva. No que se refere ao estudo da violência política, seu trabalho se caracteriza por focar seus processos de legitimação. Isto vem motivado pelo fato de que a violência apenas ocorre se está previamente legitimada/justificada. Os processos legitimadores que investigou se centram em como se percebe a situação do grupo vitimizado, o tipo de atribuição dada ao exogrupo, como se gera a imagem do vitimizado e como a dor e o sofrimento grupal são avaliados de maneira assimétrica. Em todos esses temas recorre à análise de processos psicossociais básicos como a categorização, atribuição, construção de identidades, viés perceptivo etc. Em 2007 recebeu o Prêmio Galícia de Pesquisa.

Esta entrevista foi realizada no final de minha estância pós-doutoral na USC, no dia 08/05/2018, na sala do prof. José Manuel Sabucedo.

Resumo da obra

Primeiro, gostaria de escutar, em linhas gerais, como apresentaria e resumiria toda sua obra para o público brasileiro?

José Manuel Sabucedo — Bom, resumir o trabalho de já muitos anos é complicado. Mas penso que pode haver uma linha de um pouco do que move em grande parte o que tentei fazer em Psicologia Social e Psicologia Política. Minha formação acadêmica foi Psicologia e durante um tempo me interessei pela Psicologia Clínica. E de fato, fiz um primeiro trabalho sobre o tema das fobias. Depois, um pouco influenciado pela situação política do país, eu fiz a graduação de 1974 a 1979, e nesse período houve a morte de Franco e a transição à democracia, com a aprovação de uma nova Constituição em 1978. Nesse período os estudantes vivíamos muito preocupados com a situação política do mundo social e político, e comecei a me interessar sobre o tema de como as pessoas participavam politicamente e o tema do autoritarismo, de como se pode passar de um regime autoritário ao democrático. E de fato, o interesse pelo tema da participação política tem relação com essa preocupação com o autoritarismo. Minha tese doutoral foi sobre o autoritarismo, sobre as medidas psicológicas do autoritarismo e como as pessoas podiam chegar a ser ou não autoritárias. Portanto, penso que desde o primeiro momento minha preocupação foi sempre buscar uma aplicação, uma dimensão aplicada, do conhecimento psicossocial. Isto é, basear-me em teorias, pressupostos e processos psicológicos para analisar fundamentalmente situações e processos políticos. Porque, de fato, após o tema do autoritarismo, meus temas de pesquisa seguintes foram vinculados à participação política e devido a um fato muito concreto. Aqui na Galícia houve um referendo sobre o Estatuto de Autonomia da Galícia e, como o voto não é obrigatório, apenas votou 30% da população. Então, me vi obrigado desde os conhecimentos da Psicologia Social a buscar as razões da falta de participação. E assim, desde sempre, o que caracteriza meu trabalho é aplicar os conhecimentos da Psicologia Social a primeiro, entender, e depois resolver temas do âmbito político.

Participação e ativismo político

Há quase quatro décadas que você investiga o fenômeno da participação e do ativismo político. Compreendo que vem desenvolvendo uma linha de pesquisa muito original e inédita, não investigando apenas as diferentes dimensões da ação política, de forma aprofundada, como também propondo conceitos, como o da “obrigação moral” (Vilas & Sabucedo, 2012). O que mudou daquele momento para hoje em dia na compreensão do fenômeno?

Sabucedo — Obrigado por seus comentários tão positivos sobre minha trajetória acadêmica neste campo. Comecei por este tema pesquisando a participação eleitoral. Porque penso que a participação eleitoral é um tema fundamental da vida política. Isto é, as pessoas não participam eleitoralmente, apenas participa uma parte da população e não outra. Há um viés na representação, ou seja, os governantes não são o resultado do conjunto de votos da população, só de uma parte. Este é um tema que me preocupava; que uma parte importante da população não votasse. Mas depois houve uma mudança importante. A participação eleitoral mudou: houve um aumento na participação política. Eu supunha que um fato que caracteriza

a modernidade política é que os cidadãos, por terem muito mais informação e formação que antes, decidem tomar a iniciativa da vida política. Então me preocupou sempre conhecer quais são as chaves dessa ação política. Porque sabemos a partir de Moscovici (1979), com o tema das minorias ativas, que a história não se constrói apenas de cima para baixo, mas também de baixo para cima. As minorias também têm capacidade de influência. Então me preocupou conhecer quais são essas chaves. Moscovici havia apontado algumas delas. Havia apontado a necessidade de visibilização dos movimentos e de que esse movimento visível se mantivesse constante. Mas ao mesmo tempo faltavam outros elementos. Assim recorremos aos trabalhos de Gamson, aos marcos de ação coletiva. O trabalho de Gamson fundamentou outros modelos, como o de Kländermans e o de Zommeren, por exemplo. E nós trabalhamos durante uma época com esses modelos. Até que chegou um ponto em que eu pensava que o enfoque que se dava à ação política era muito instrumental. Naquela época este enfoque tinha sentido, porque estes teóricos tentavam argumentar frente às colocações de Le Bon, que apelava basicamente à irracionalidade. E ademais, era uma proposição que distorcia o papel das emoções. Le Bon pensava, afirmava, que as emoções eram algo negativo a uma conduta racional. Isso me preocupava, porque eu estava convencido, tinha a intuição, evidentemente, de que as pessoas não atuavam politicamente apenas para conseguir coisas, senão por algo que inclusive pode ser mais importante, que é fazer aquilo, ou atuar de acordo com o que elas crêem. E a isto denominamos de “obrigação moral”. Então, o que fizemos nos últimos anos foi avançar neste tema. Penso que elaboramos um instrumento de medida que é potente e que além disso, permite-nos identificar ou diferenciar a obrigação moral de outros conceitos também morais, que são utilizados na Psicologia Política e na Psicologia Social, como o tema da norma moral e o da convicção. Vejo que com essa via axiológica, ou moral, à ação política, é que complementamos um pouco o modelo mais instrumental que vinha representado pelos trabalhos de Kländermans e de Zommeren, inclusive pelo trabalho originário de Gamson, que dizia que se as pessoas percebiam que não iriam ganhar nada, ‘para quê atuar?’. O que nós fizemos é que, ainda sabendo que podemos não conseguir nada com a ação política, ainda sabendo que a ação política pode ter custos, há um aspecto mais importante para se alcançar: que é ser consistente com as crenças que se tem. Porque isso incide em algo tão importante como nossa autoestima. Portanto, o que estamos construindo é um modelo que nos permite explicar porque as pessoas atuam com essa obrigação moral. Pois aí vemos que a obrigação moral está muito relacionada com o sentimento de autoestima. Isto é, a autoestima, o autoconceito que alguém tem de si mesmo, será melhor quando eu vejo que atuo de acordo com o que penso. Ainda que isto me traga consequências negativas, minha autoestima aumentará. E ao mesmo tempo, minha própria identidade social também se incrementará vendo que gente próxima a mim, as pessoas ou o grupo que me estimam, valorizam que eu atue, mesmo sabendo que possivelmente não irei conseguir nada de maneira imediata e que há um custo na ação. As pessoas têm essa necessidade de serem coerentes, consistentes, e de acordo com suas próprias crenças. Penso que isto esteve há muito tempo esquecido na Psicologia, porque se tinha um conceito muito instrumental da racionalidade. Supunha-se que ser racional fosse atuar de acordo com um procedimento para conseguir algo, enquanto o que tentamos defender é um conceito mais amplo de racionalidade, que não consiste apenas em conseguir algo material, senão que não há nada mais racional, nada mais inteligente, que sentir contente consigo próprio. E isso supõe inclusive atuar quando estou convencido que não conseguirei nada, mas é minha obrigação fazê-lo. Porque é possível que eu não consiga nada, mas se atuo de acordo com que penso, não apenas ficarei satisfeito, como também servirei de exemplo para que outras pessoas possam seguir participando. Esta é um pouco da linha que estamos trabalhando agora.

Manual de Psicologia Social

Em linhas gerais, quais são as principais contribuições de seu último livro: Psicologia Social (Sabucedo & Morales, 2015)?

Sabucedo — Primeiro, direi porque escrevemos este livro. Creio que, igual a uma pesquisa... isto às vezes vejo nas pessoas jovens, como há essa pressão em publicar, as pessoas publicam, mas não sabem para quê. Antes de publicar, ‘o que quero comunicar?’ Aqui na Espanha temos um problema com os manuais. Havia um manual, que é muito bom, que é o manual de Hogg e Vaughan (2010). Está publicado pela mesma editora que publicou o nosso, Editora Panamericana, que fez a tradução do inglês ao espanhol. Hogg é um psicólogo social europeu muito conhecido, pelo tema da identidade etc. Penso que é um bom manual, mas o que acontece é que creio que não se adaptava muito bem aos temas que a Psicologia Social espanhola, como a latino-americana, se preocupam. Há temas que incorporamos que não estavam no livro de Hogg, e ao mesmo tempo há enfoques que são diferentes. Paco Morales e eu, editores dessa obra, pretendemos oferecer à comunidade psicossocial latino-americana, não apenas à espanhola, uma Psicologia Social mais alinhada com nosso contexto. Este manual foi publicado por uma Editora que tem sua origem na Argentina e tem uma boa distribuição em outros países latino-americanos. Eles mesmos nos pediram se podíamos fazer um livro mais adaptado ao sentir, à forma de trabalhar, de pensar, dos acadêmicos latino-americanos. Este é o objetivo fundamental. Basicamente, penso que a contribuição é que autores latino-americanos e espanhóis possamos ver refletidos nossos temas e os enfoques que damos a esses temas. Nestes manuais sempre há um primeiro capítulo que tenta marcar qual é a linha do resto dos capítulos e também qual é a concepção que os autores do livro têm da disciplina. Nesse primeiro capítulo discutimos as diferentes definições da Psicologia Social, e ao final, ficamos com uma, que é a adaptação de uma proposição que Turner (1994), outro autor europeu, realizou. De acordo com a definição de Turner e nossa interpretação, definimos a Psicologia Social como a ciência da pessoa e sociedade. Então estamos defendendo um nível muito claro do que entendemos por Psicologia Social. O livro afirma explicitamente que nós rejeitamos qualquer tipo de reducionismos, tanto psicologistas, quanto sociologistas. Entendemos a Psicologia Social como a ciência que estuda a interação entre a pessoa e a sociedade. Isto é, logicamente, a sociedade constitui as pessoas. Evidentemente, a sociedade, que implica os valores, as leis e costumes, está criando os cidadãos. Desde o primeiro capítulo tentamos defender nosso modelo de disciplina que é aquele em que o indivíduo influi na sociedade e a sociedade sobre o indivíduo. E é nessa interação onde se cria aquilo que defendemos que seja nosso campo de estudo. Isto é um pouco do que este livro tenta fazer. Primeiro, como dizia, que esses temas que são importantes na Psicologia sejam desenvolvidos a partir de uma perspectiva, neste caso espanhola, europeia e latino-americana; há autores latino-americanos. E segundo, desde o princípio marcamos muito bem qual é o campo de jogo da Psicologia Social que acreditamos. Dessa forma, não aceitamos e nem consideramos que sejam interessantes os estudos psicologistas e nem os de origem mais sociológicos, que perdem esta interação entre indivíduo e sociedade.

E inclusive ao comparar seu livro com o de Álvaro e Garrido (2003), sinto que você desenvolve um enfoque mais psicopolítico. Está de acordo com minha observação?

Sabucedo — Creio que com tantos anos trabalhando no campo da Psicologia Política seria impossível que isso não ocorresse. Como te dizia antes, penso que no livro também aparece essa ideia de que a Psicologia Social tem um claro compromisso social, e que a Psicologia Social como disciplina, a moderna Psicologia Social surgiu basicamente nos Estados Unidos graças à contribuição europeia, não se deve esquecer de Kurt Lewin e de tantos outros. No primeiro momento houve um compromisso com o que ocorria na sociedade. Os trabalhos de Lewin tinham um claro compromisso com a sociedade. Os trabalhos de Adorno sobre o autoritarismo também tentavam dar uma resposta a esses princípios. Eu me enfoquei na Psicologia Social para trabalhar temas claramente políticos: participação, violência, terrorismo, ação coletiva. Mas, ao mesmo tempo que sempre posso, que penso que é o que nos corresponde como cientistas, tentamos aplicar o conhecimento, por exemplo, quando falamos sobre o tema da categorização social, de como as pessoas categorizam as outras em grupos. A categorização é um processo psicossocial universal que está aí, que faz parte do desenvolvimento de nossa espécie. Tentamos sempre colocar de forma explícita quais são as consequências desse processo de categorização e mostrar, por exemplo, a importância que a categorização tem para a vida das pessoas. Mostrar o efeito da categorização ao preconceito. A decorrência da categorização ao conflito social. Porque se nós conhecemos quais são as consequências destes processos nas condutas, podemos tentar mudar as condutas que consideramos negativas, tentando modificar estes processos psicossociais de categorização. Por exemplo, o fato de categorizar é um processo positivo na evolução da espécie, mas que também tem seus aspectos negativos. No momento em que categorizamos, vemos como mais similares os estímulos da mesma categoria, e como mais distintos estímulos de diferentes categorias. Ressalta-se que as categorias são construções sociais, como todos sabemos. Se sabemos que estas construções sociais estão tendo um impacto negativo na sociedade, o que nós como psicólogos sociais temos que mostrar é que o que está ocorrendo não é por azar, é porque se ativou, ou alguém criou uma categorização que ao final tem consequências negativas. Portanto, como psicólogos comprometidos socialmente temos que propor e questionar estas categorias, ou inclusive recorrer a categorias supraordenadas. Sim, é certo, não posso esquecer, em tudo que faço, inclusive na Psicologia Social mais básica, sempre tento buscar a parte, pode ser mais política, ou pode ser a parte mais aplicada, ou a parte mais de compromisso, ou seja, a implicação social e política do meu labor. Às vezes dizemos que é política porque se trata de temas especialmente políticos. Não se esqueça também que Lewin com seus trabalhos sobre liderança, ao comparar liderança democrática com a autoritária, está fazendo um trabalho de Psicologia Política, mesmo que ele não se expresse assim. O que demonstrou com seus experimentos é que a liderança democrática funciona melhor que a autoritária. Isso ele fez com experimentos, com uma perspectiva política muito clara. Se um pesquisador, alguém com prestígio, está afirmando que para que os grupos funcionem melhor, para que exista maior coesão social, é preferível uma liderança democrática que a autoritária, isto não fica apenas no plano científico. Se isto se difunde, todos aqueles discursos feitos por pessoas autoritárias que defendem que é necessária a existência de um líder autoritário são questionados. Eu sempre gostei, sinto-me cômodo, pois sinto que fazemos um labor importante aplicando os conhecimentos psicossociais a toda esta dimensão que é social, que também é política.

Livro de Psicologia Política

Você me havia dito que a Editora Síntesis te pediu há alguns anos uma nova edição do seu clássico livro Psicologia Política (Sabucedo, 1996), mas devido a outras atividades agendadas, estava sem tempo de fazê-la. Se fizesse hoje, o que mudaria no livro?

Sabucedo — Sim, tenho claro as mudanças. De fato, elaborei nos momentos livres, que não são muitos, mas tento busca-los. Eu tenho um roteiro feito, o tenho guardado. Mudaria o livro substancialmente em relação ao anterior. O que mudaria? Primeiro, algo que não fiz no primeiro, mas que agora é necessário, porque também sou daqueles que assume aquela afirmação realizada por Lewin, que muitos consideramos como o pai da Psicologia Social moderna. Lewin afirmava que não havia nada mais prático que uma boa teoria. O que eu faria de novo seria colocar uma primeira parte do livro. Agora não recordo exatamente o roteiro que fiz. Eram três ou quatro temas dedicados a processos psicopolíticos básicos. Penso que se os estudantes, fundamentalmente, compreendessem processos como categorização, atribuição, formação de impressões e consistência cognitiva, depois seria muito mais fácil explicar fenômenos políticos e intervir sobre isso. Digo estudantes, porque assumo que nossos colegas já conhecem perfeitamente bem esses processos. Hoje eu faria um primeiro bloco que poderia denominar como processos psicopolíticos básicos, no qual demonstraríamos todo o repertório de conhecimentos que temos que se refere àquilo que nos leva a pensar, a ver, a perceber, a interpretar, a realidade de uma forma determinada. Após esse primeiro bloco, haveriam outros distintos. Penso que à margem dos blocos clássicos, eu faria de novo um bloco de participação e ação coletiva, mas com teorias agora mais atualizadas, algumas que vêm de nossos trabalhos e de muitos outros bons trabalhos de outros pesquisadores. Depois, haveria um bloco de atitudes, um de cidadania, que é parte fundamental, pois se queremos sociedades mais democráticas, mais abertas, precisamos criar cidadãos assim. Outra coisa que me preocuparia muito é o tema da origem dos autoritarismos e dos populismos, sob fórmulas novas, discursos novos, tentando vender velhas ideologias e velhas formas que levaram a conflitos e momentos negativos na sociedade. Minha escolha fundamental é uma boa base teórica e conceitual, que penso ser fundamental tê-la e depois estes blocos, basicamente, sobre atitudes e participação, que é um bloco que nos permite o tema do fundamento democrático. E vincular com a cidadania. E vincular também com as novas formas de autoritarismo e populismo. E também outro sobre pobreza e desigualdade.

Cenário político atual, intensificação dos populismos e extremismos políticos

O que pensa sobre o papel da Psicologia Social e Política neste momento de crise social e intensificação do neoliberalismo no Ocidente? Crê que o atual cenário político é fértil para o recrutamento dos populismos e extremismos políticos?

Sabucedo — Penso que estamos em uma situação de crise no sentido gramsciano do termo. Aquilo que dizia Gramsci, que a crise é o momento quando o antigo ainda não morreu e o novo ainda não apareceu. Nessa imagem do tempo ocorrem os fenômenos mais estranhos e perversos. É um momento de câmbio social, pelo tema da globalização,

pelo tema das tecnologias, que supõem uma mudança absoluta e radical a respeito do trabalho de toda vida: há trabalhos que irão desaparecer pela chegada das novas tecnologias. Estamos em um mundo de incerteza. E a incerteza é algo que produz ansiedade às pessoas. Você sabe perfeitamente bem que nos trabalhos de Adorno sobre autoritarismo, inclusive nos trabalhos prévios de psicanalistas reconhecidos como Fromm (1941), em *O medo à liberdade*, fundamentava-se um pouco o tema do autoritarismo como associado à ansiedade produzida pela incerteza. Quando as pessoas têm medo, têm incerteza, necessitam de segurança. O que as ideologias autoritárias fazem é subtrair ainda mais a segurança que as pessoas não têm nesse momento. E em muitos lugares se sabe que essa insegurança favorece o crescimento do autoritarismo. Porém, há tipos de personalidade que suportam a incerteza melhor que outras. E há muitos trabalhos publicados recentemente que mostram que um estilo cognitivo que tem mais dificuldade de abordar, de gerir e afrontar a incerteza são das pessoas que costumam ter maior tendência a apoiar, ou a votar, em líderes autoritários. ‘Se sinto medo, se não estou com segurança neste mundo, se há alguém que me garanta esta segurança’, pois bem, esse apoio cumpre uma necessidade psicológica. Neste sentido estamos vivendo em uma situação de crise, na qual muitas pessoas, uma parte significativa da população, não sabem o que vai acontecer. Falta-lhes esta segurança que houve em outro momento da história. Esses momentos são um terreno fértil para qualquer um que ofereça uma solução, e quanto mais simples, melhor. Veja, o que a insegurança produz? Produz basicamente, primeiro, você não sabe muito bem o que vai acontecer. Então necessita buscar uma explicação ao que vai acontecer e ao que está acontecendo. E por outro lado necessita que esta explicação reduza sua ansiedade e te dê a segurança de que vai conseguir sair e de que a situação melhorará. Nesses momentos é muito difícil encontrar um diagnóstico do que está ocorrendo e um prognóstico de para onde iremos. E este é um terreno muito fértil para opções políticas muito distintas, mas que são muito simplistas e capazes de satisfazer dando uma explicação simples, e que ao mesmo tempo dá segurança. É por isso que em muitos países surgem populismos de direita. É por isso que, a crise econômica que ocorre na Europa, como a que se produziu na década de 1930, há uma a necessidade de explicação ao que estava ocorrendo. Mas explicações simples, ao invés de uma explicação mais complexa, porque o mundo é complexo, não há soluções simples ao que está ocorrendo. Há partidos, há opções, que estão oferecendo respostas muito simples ao que é muito complexo. Dito de outra maneira, em situações de crises as pessoas se sentem incômodas, têm insegurança, medo, ansiedade e frente a isso há uma oferta, tem que haver uma oferta. ‘Quem é capaz de oferecer-me algo para que esta ansiedade diminua?’ E surgem movimentos de que ‘Te darei o que quer. Veja, o que está ocorrendo não é culpa sua, e tampouco é uma questão de mudança do sistema. É que há pessoas que estão permitindo, por exemplo, que os imigrantes cheguem, e os imigrantes desafiam nossos valores, roubam nossos trabalhos. Eles são os responsáveis’. Dessa forma é uma solução muito simples, que todo mundo pode entender. E as pessoas gostam dessa solução, porque assim elas não são as responsáveis e é algo que podem controlar. Então, em situações como estas é muito fácil que surjam movimentos com discursos muito simples sobre questões muito complexas. Mas há muita gente que compra estes discursos. Porque este discurso te dá uma explicação, que é falsa, mas ele vai entender o que está ocorrendo, ele acredita nesta explicação. ‘Veja, se fizermos isso, viveremos em um mundo melhor’. Então é o momento em que surgem os populismos de todas as espécies, de direita e de esquerda, é igual. É claro que não propõem o mesmo. A consequência é a mesma, oferecem fórmulas simples e, portanto, que não irão funcionar,

para problemas sumamente complexos. Aí é, onde neste momento, lamentavelmente a situação não é boa, mas também surge um campo de estudo e intervenção aos psicólogos sociais, que podem denunciar soluções fáceis a problemas complicados, denunciar que tudo isso vem basicamente provocado por necessidades humanas de ter primeiro uma resposta, uma explicação para o que está ocorrendo.

Autoritarismo de direita e não de esquerda

Então, a questão da direita e da esquerda. No mesmo livro citado (Sabucedo, 1996), e em outro seu sobre autoritarismo (Sabucedo, 1985), ao abordar a personalidade autoritária, nota-se uma correlação maior entre autoritarismo e direita política e não com a esquerda política. Ocorre o mesmo com a literatura acadêmica em Psicologia Social e Política, seja com Adorno et al. (1965), Rokeach, Altemeyer etc. Entretanto, infelizmente sabemos que há autoritarismo em alguns movimentos da esquerda política. Mas por que as pesquisas e reflexões acadêmicas quase não investigam os autoritarismos de esquerda?

Sabucedo — Contextualizo um pouco historicamente. O trabalho de Adorno, como sabe, era sobre autoritarismo de direita. A escala F de Adorno era uma escala de fascismo. Ele estudou autoritarismo de direita. Mas Adorno também disse em seu livro que também há... deixou em seu livro, que tem mil e poucas páginas, creio que nem todos o leram frase a frase. Nesse livro ele não nega a existência de um estilo cognitivo autoritário de esquerda. O que se afirma, e penso que aí está uma parte da explicação, é que nesse momento histórico o perigo para a sociedade, ele havia vivido na Alemanha, era o autoritarismo de direita. Já nesse livro, nesse trabalho seminal sobre o autoritarismo, já está explícito que ele não nega a existência de um autoritarismo de esquerda. Trabalhei sobre isso por muitos anos e penso que os trabalhos até agora mostravam que havia um viés de orientação de direita ao autoritarismo, e não tanto à esquerda. Penso que é um problema fundamentalmente de medida, de que não se mediu de forma correta, a nosso modo de ver, não se mediu corretamente este estilo autoritário. Agora estão surgindo autores que afirmam que direita e esquerda são exatamente o mesmo em nível de autoritarismo. Mas estão propondo de uma forma que não concordo, estão discutindo em nível de conteúdo, que foi o mesmo que Eysenck fez na década de 1950. Eu critico Eysenck, pois, por exemplo, ele equiparava como autoritárias aquelas pessoas que diziam, por exemplo, que na escola não deveria haver ensino religioso. Ele dizia que eram tão autoritários como aqueles, por exemplo, que defendiam que a mulher tinha a liberdade ao aborto. Para mim não são coisas equiparáveis. Mas para Eysenck sim, estas pessoas são sim autoritárias. Agora curiosamente surgiu um movimento de um grupo de autores que faz exatamente o mesmo. Obviamente o debate agora não é entre haver religião na escola, ou a questão do aborto, mas é sobre conteúdo. E penso que esta equiparação não é real. Não é igual para mim e claro, aqui não tenho nenhum problema em reconhecer, porque a ciência não está livre de valores. Na ciência há uma carga axiológica e penso que é honesto deixá-la explícita. Quando trabalho num tema, trabalho num enfoque que estou de acordo. A partir de minha posição, defensora dos direitos humanos, penso que não é o mesmo uma coisa, que a contrária, em nível de conteúdo. Acredito que, tanto na direita como na esquerda, podemos encontrar estruturas cognitivas que são idênticas. E isso tem um problema, que

gente de direita e de esquerda, sem generalizar muito, há pessoas de direita e esquerda que podem ter e têm uma mentalidade absurdamente totalitária e autoritária. Em que sentido? No sentido em que pensam que suas crenças são as únicas verdadeiras. Aí há um conceito de Psicologia Social que tento sempre vincular, por isso que afirmei que o livro *Psicologia Política* tinha que ter alguns conceitos básicos que nos ajudem a entender isso. É o conceito de realismo ingênuo. É quando alguém acredita que a realidade que percebe é a única possível. 'É que eu vejo isso, como os outros não podem ver? Se não vêem, é porque estão fechados, e porque não querem ver. Portanto, a realidade que eu vejo é a verdade, assim eu me sinto na obrigação e tenho o direito moral de fazer com que o outro veja tal como é'. E de fato, nós agora produzimos um trabalho que sairá publicado que se chama *Monopoly on truth* ou *Monopólio da verdade* (Dono, Alzate, Seoane, & Sabucedo, 2018). Fizemos o seguinte. Baseados nos trabalhos que realizamos há anos sobre estilos cognitivos, eu segui insistindo nesse conceito de realismo ingênuo, que é um conceito da Psicologia Social de sempre, e tem a ver com o papel que os esquemas cognitivos desempenham ao perceber a realidade. A Psicologia Social se caracteriza por algo, assume obviamente que a realidade não é algo externo a quem a observa, a realidade vem determinada por esquemas prévios. Dessa forma, há pessoas que crêem que o que elas vêem é a realidade. Ou seja, que ela não está enviesada pelos esquemas e o que está vendo é a realidade. Nós fundamentamos este esquema cognitivo autoritário entre essas ideias, como o realismo ingênuo. Fizemos uma escala, aplicamos em pessoas de diferentes ideologias políticas, da direita à esquerda, e mostramos como as pessoas nos extremos têm uma pontuação igualmente alta nesta escala. Portanto consideramos que isto ocorre e que é um problema à governança democrática. Isto é, partimos do fato, é um *a priori* que defendo, que a sociedade não é uma e nem única, que existem diferentes formas de entender nossa realidade. E conviver em sociedade significa considerar todas estas diferentes maneiras, e que nenhuma delas pense que a sua é a autêntica e que, portanto, que nenhuma delas acredite que tenha a autoridade moral de impor aos demais o que devem pensar. Quem se posiciona dessa forma chegará a um sistema totalitário, ou seja, nos imporá seu ponto de vista e irá querer nos levar ao seu paraíso. As pessoas acreditam em algo que é a verdade e se todos a assumem, viverão mais felizes. E eu, pessoalmente, não quero que ninguém me imponha seu paraíso. Estamos vendo que isso pode ser um problema. Porque as pessoas fazem isso por estarem convencidas de que é o correto. Isto é claro em como aqueles espanhóis, portugueses, europeus, que naquele momento foram à América acreditando que o cristianismo era a verdade e '*Tenho que converter eles, porque, caso contrário, irão ao inferno*'. Veja quantas vezes ao longo da história se assassinou, se dispôs da vida dos outros em função do que você crê que deve dizer-lhes a verdade e portanto, se vê obrigado a impor-se aos demais. Minha posição vital é distinta. Ninguém tem o direito de me impor nada. Ninguém tem o poder divino para matar ou sacrificar a um outro, ou para deter-lhe porque não pensa como ele. Quem crê, quem dá a essas pessoas o poder para assassinar em nome de uma ideia? É uma autêntica loucura, do ponto de vista do desenvolvimento moral e democrático na sociedade. Então, todas as ideias que vão neste sentido de acreditar que alguém pense a verdade... Se eu acredito que o que penso é a única verdade, estou quase me legitimando, 'sinto-me moralmente obrigado a ter que convencer, e se não convenço, tenho que obriga-los, porque o faço por seu bem'. E isto é perverso, isto é um pouco do que tratamos de evitar, ou tratamos de colocar na agenda pública. E o cuidado, porque os cemitérios estão cheios de pessoas assassinadas por grandes ideias. E a busca do paraíso é terrível, porque ninguém tem o direito de dar-me um tiro, de assassinar-me, ou à minha família, porque eu não compartilho seus pontos

de vista. Deixe-me viver tranquilo, busquemos um contexto onde todos possamos debater nossas ideias, e pelo diálogo tentar convencer o outro. Este é o resultado, isto significa respeitar o outro, que é o primeiro elemento para que exista convivência. Se eu acredito que o que penso é o correto e o que você pensa é o errado, dificilmente haverá convivência, eu tentarei sempre me impor a você. 'Porque mais o farei para seu bem, pois pobrezinho, você não é capaz de entender a verdade e eu sim. Te ajudarei te impondo a verdade'. Então estamos trabalhando neste tema agora.

Terrorismo

Como expert no tema do terrorismo, você pensa que os atentados terroristas aumentarão ainda mais na Europa e nos Estados Unidos? Quais poderiam ser algumas saídas para lidar com o terrorismo, a partir do enfoque da Psicologia Social e Política?

Sabucedo — Sim, estou convencido que o terrorismo evidentemente continuará na Europa e Estados Unidos. Há duas coisas importantes para se diferenciar. Uma é tratar de compreender o fenômeno, e a outra é de justificá-lo. Nós, como psicólogos sociais e políticos, temos que tratar de explicar os fenômenos que estão ocorrendo, buscar a solução do terrorismo e nunca justificá-lo. Porque normalmente as vítimas do terrorismo sempre são pessoas inocentes. Como ocorre em qualquer conflito, as vítimas são sempre as pessoas que não estão no conflito. Lembre-se do conflito colombiano, as vítimas sempre são inocentes. Penso que é muito difícil que no mundo possa existir uma concórdia, uma paz, ou não terrorismo, se não se solucionam os graves problemas estruturais e econômicos que existem em muitas partes do mundo. Isso também supõe uma crítica a todos aqueles movimentos terroristas que surgem em países desenvolvidos. Isso me parece uma autêntica indecência, um crime de deterioração moral, de pobreza moral, de enfermidade moral, o que ocorreu na Espanha em uma quantidade de anos com o tema do ETA. Uma das zonas mais ricas da Espanha e Europa, como o País Basco, durante anos, assassinaram uma maioria de inocentes por um sonho identitário. Por um sonho de *'somos diferentes e queremos uma nação distinta'*. Não posso justificar nunca a violência de pessoas que tentam diferenciar-se, e de forma supremacista, das demais. Isso que me preocupa, e falo como cidadão e inclusive como cientista, que uma parte da esquerda assuma este tipo de discurso. Para mim é inimaginável que alguém que seja de esquerda, a favor dos direitos humanos, da igualdade entre os seres humanos, seja capaz de defender um movimento que assassina pessoas porque seu objetivo é diferenciar-se do resto e que não contribui ao resto. Para mim é surpreendente que alguém da esquerda defenda isso. Há uma parte da esquerda, que a meu modo de ver, não corresponde ao que deviam ser suas ideias. Já é uma coisa pessoal que não vem ao caso. O caso do País Basco, que é uma das zonas mais ricas da Espanha e Europa, com igualdade social, condições de saúde e educação garantidas, com alto nível de vida, não é o mesmo que de pessoas que neste momento vivem em outras partes do planeta e que praticamente não têm nada. Mas não apenas isso, que não são escutadas, não são atendidas. Quando isso ocorre, ainda que lamentavelmente o terror não seja uma solução, mas eu entendo que uma pessoa possa tentar fazer um chamado de atenção de *'Aqui estamos, este problema deve ser resolvido, ou seguiremos com isto'*. É verdade que o terrorismo praticamente nunca traz a solução, o que gera mais temor. Como se pode abordar este tema a partir da Psicologia

Social? Primeiro, reconhecendo que há atos de terrorismo, de violência, que respondem a condições de vida muito desfavoráveis dessas pessoas. Dizia antes que inclusive posso chegar a entender e até a legitimar se um grupo em uma ação desesperada, que não tem solução por outras vias, não é atendido, está entre a vida e a morte, recorra a este tipo de ato. Mas para mim não se pode justificar que alguém no primeiro mundo, que vive em condições infinitamente melhores. Assim, é importante solucionar aquelas condições de vida que estão na gênese. Segundo, os psicólogos sociais devem entender, basicamente, como eles, os terroristas, percebem e interpretam a realidade em que vivem, e até que ponto se sentem legitimados e representantes afeiçoados por sua comunidade. As pessoas não cometeriam atos violentos, ou atos terroristas, se sua comunidade as repreendessem. Por exemplo, no País Basco. Quando uma parte das pessoas do País Basco disse: *‘Veja companheiro, não siga mais matando, que não os apoiamos, porque não tem sentido matar para conseguir um objetivo político. Defenda sua posição e a gente vota sim ou não’*. Quando isso ocorreu, os terroristas não deixaram, porque o que os terroristas fazem é tentar falar em nome do povo. Então, qual é o tipo de intervenção que se deve fazer neste caso? Primeiro, demandar uma atenção aos problemas que são realmente graves, por parte de quem seja, por parte do Estado, uma questão internacional... E depois, sobretudo, tratar de ganhar para a causa do debate pacífico aquelas pessoas que não estão apoiando. Qualquer declaração ou manifestação contrárias ao terrorismo por parte dos membros do exogrupo não convencem a ninguém. Mas se alguém do meu grupo me diz *‘Não faça isso’*, posso me incomodar. É fundamental trabalhar com as pessoas que formam parte desse grupo que pode apoiar o terrorismo, para fazer com que vejam que pode haver outras vias, que existem outras vias para solucionar de forma mais razoável o problema. E que essas pessoas se encarreguem de informar, comunicar e intervir nas comunidades que estão apoiando os terroristas. Quando isso ocorrer, o terrorismo desaparecerá, estas são as condições.

Mas e o terrorismo islâmico? Porque minha impressão aqui na Europa é que grande parte da comunidade islâmica rechaça os atentados terroristas, mas mesmo assim eles estão aumentando.

Sabucedo — Exatamente, aí ocorre um fenômeno curioso. Uma parte muito importante dos muçulmanos rejeita este tipo de ação e intervenções. Veja que os ataques terroristas que ocorrem na Europa são perpetrados, e aí é um problema que se deve analisar seriamente, são cometidos por filhos ou netos de pessoas que foram imigrantes. O que ocorre? Neste caso é um problema básico. E muitos deles não são pessoas com poucos recursos. Talvez tenha me expressado de forma muito genérica e sem matizar. Aqueles que cometem atos terroristas não são sempre, quase nunca são os que estão numa situação pior. São pessoas com recursos, estudos, muitos são estudantes universitários. O que ocorre nesses casos? São pessoas que estão pouco integradas nas sociedades que levam anos vivendo. Sua identidade não é reconhecida, são pessoas que sofrem provavelmente a humilhação, ou o desprezo. Há um elemento que é fundamental para os conflitos, tanto interpessoais, como intergrupais. É o tema da identidade pessoal e da identidade social. Quando há um conflito, o que nunca se pode fazer é humilhar a outra parte. A autoestima é um componente pessoal que tem uma força tremenda. Quando te humilham, quando te faltam o respeito, como pessoa te destroem. Isso também ocorre quando te tratam de forma negativa, ou humilhante, depreciativa, por ser membro de um grupo determinado. Sua identidade social sofre, você se sente um ninguém, um nada. E isso provoca a necessidade de ressarcir o quanto antes a humilhação que te causaram. E isso normalmente é

um desencadeador dos grandes problemas. Abro um parêntese para ilustrar o caso. Um dos fenômenos que causou a ascensão do movimento nazista na Alemanha, aparte da crise econômica, é que se buscou uma atribuição externa como responsável: *'isso é que causou a crise'*. Uma solução fácil: os judeus. Veja que um discurso que Hitler utilizou com a população foi o discurso do orgulho da raça ariana, o orgulho dos nazistas, de ser alemão. Por que o orgulho de ser alemão? Porque a autoestima alemã havia sofrido muito após os acordos da Primeira Guerra Mundial. Então quando você despreza, humilha alguém, em nível pessoal ou coletivo, é uma bomba-relógio. Assim, muitas vezes este tipo de atentado terrorista não se dá por problemas econômicos das pessoas que vivem no primeiro mundo. Se dá, pois possivelmente, alguém é humilhado. *'Não, você verá, irá saber'*. Uma coisa é certa, quando estes grupos cometem algum tipo de atentado, e quando depois alguém que pertence a este grupo passa pela rua, é possível que as pessoas do primeiro mundo os veja com certo receio, possivelmente com um certo medo. Já não é o desprezo de antes. E a isso, dizem: *'Estão me respeitando, têm medo de mim. Entrarei ali e não irão mais dizer para que eu saia. Não, talvez tenham medo que eu faça algo'*. Isto é, a violência pode ser utilizada como um instrumento para recuperar o reconhecimento por parte do outro. *'Talvez não me queira próximo, mas ao menos me respeitará. Porque sabem do que somos capazes de fazer se não me respeitam'*. Isso é um pouco dramático, mas é certo que pode ocorrer, e é certo que as pessoas respondem a este tipo de comportamento. As pessoas podem começar a respeitar aqueles que temem. E muita gente prefere ser temido a ser humilhado. Agora não estou falando de política, estou falando de Psicologia Política, dos medos, a autoestima, a identidade social, o respeito; estão no meio de tudo isso. Se não somos capazes de ver isso, não entenderemos nada. Qualquer enfoque que pretenda lutar contra a violência e o terrorismo que não leve em conta ao que respondem estas condutas, a que ideias e processos psicológicos respondem, a como se pode afrontar, será muito difícil eliminá-los. Não é só fazer a crítica, essa não é solução. E aí os psicólogos terão muito o que dizer. Outra coisa é do interesse. Porque às vezes para alguém pode lhe interessar que o terrorismo continue, pois para o Estado o terrorismo é um negócio, é uma oportunidade. Porque o terrorismo nunca irá acabar com o Estado, pois há uma enorme assimetria de forças. Isso eu falava há muitos anos atrás a um amigo do País Basco que simpatizava com o ETA, dizia a ele que nunca iriam acabar com o Estado espanhol. E também, o que fazem é imoral. E além de imoral, é pouco inteligente, porque enquanto houver este tipo de violência, nunca se explicitará o problema que há detrás. Porque a Psicologia cognitiva nos demonstrou que há um heurístico de acessibilidade, que faz com que o mais sobressalente ocupe a nossa mente muito mais rápido e oculte outros fatos da realidade. Quando pensamos no terrorismo, o que é acessível, o que vem à mente? A causa pela qual estão matando, ou o assassinato que se cometeu? O assassinato. Portanto, até que não desapareça, as possíveis razões pelas quais cometeram tais atos permanecerão um pouco em segundo plano. E para muitos Estados o tema do terrorismo vem bem a calhar, porque se impede de falar dos outros temas. Porque as pessoas estão atemorizadas, têm medo. A primeira coisa que demandam ao Estado é que estejam seguras, que haja mais segurança, e não os problemas reais da população. E eu penso que é pouco inteligente por isso, o Estado pode utilizar muito bem, o Estado está utilizando o terrorismo para se fortalecer, tornar-se mais autoritário e para recorrer aos agentes externos.

Metodologia quantitativa

Uma parte significativa dos psicólogos sociais brasileiros tem um certo preconceito com as pesquisas quantitativas, geralmente denominando-as como reducionistas, essencialistas etc., mesmo que professores de referência no Brasil, como Silvia Lane (1990), afirmem que este é um falso problema. Em sua ampla produção acadêmica, você realiza muitas pesquisas com escalas e tratamento estatístico. Como vê a importância da metodologia quantitativa para a Psicologia Social e Política da atualidade?

Sabucedo — Em sua pergunta você diz que parte dos psicólogos políticos brasileiros afirma que isto é um falso problema. Eu coincido 100% com eles. É um falso dilema. Penso que, felizmente, a Psicologia Social e a Psicologia Política têm a seu alcance um número muito amplo de estratégias e de técnicas para obter informação e conhecer o que as pessoas pensam. Isso não é uma posição de mérito, não é mau ter... Pois creio que quantas mais técnicas tenhamos para colher dados e analisar a realidade, melhor. Isso que quero dizer é que o quantitativo e o qualitativo são estratégias de coleta de dados. É certo que cada uma tenha suas vantagens e seus inconvenientes. Quantitativo tem suas vantagens e seus inconvenientes. Qualitativo também. Acredito que esse debate está superado e se me permite, com todo o respeito àqueles que mantêm uma posição sobre a outra, penso que é um debate muito ingênuo, infantil. É um debate que se pôde fazer a 50, 60, 80 anos atrás. Hoje não tem sentido algum. Por duas razões, porque em função do tema que pesquisamos, é ele que deve nos dizer qual é o tipo de método mais adequado. E de fato que aqui o fazemos, trabalhamos muito com o método quantitativo. Mas também trabalhamos, fazemos muitas entrevistas, grupos focais, analisamos textos. Inclusive hoje em dia os avanços na análise de dados são tão interessantes, que com textos também somos capazes de realizar análises quantitativas. Análises de discurso nos mostram como se apresentam os processos em distintas posições. Então, penso que este debate; eu, como outros colegas brasileiros, o daria como encerrado. Assim, me negaria a aborda-lo, porque o importante é a qualidade de nossos trabalhos e como podemos contribuir com nossos conhecimentos para melhorar a sociedade; isso é nossa responsabilidade. O exemplo clássico que comentava muitas vezes e que sabe melhor que eu, sobre Martín-Baró. É claro que alguém que possa criticar o trabalho quantitativo de Ignacio Martín-Baró, ou criticar Martín-Baró, por trabalhar com análise quantitativa, é ridículo. Isto é, houve poucas pessoas como ele na história da Psicologia Social e Política que estiveram tão implicadas ou comprometidas. Ele criou um Instituto de Opinião Pública, um instituto que realizava *surveys*, não há nada mais revolucionário que um *survey*, que um dado. É melhor, é mais persuasivo, é mais revolucionário. É mais crítico na sociedade atual dizer que no mundo há muita pobreza, ou dizer que, em um exemplo fictício, 90% das crianças do Terceiro mundo morrem de fome? Eu trabalho com quantitativo porque nos permite grande conhecimento, porém isso também se completa com entrevistas, com o que seja preciso. Este debate não me permite... digo assim, porque você compartilha do meu ponto de vista; me parece muito ingênuo, infantil. Nos tempos atuais não tem muito sentido este tipo de colocação.

Importância da colaboração entre pesquisadores de diferentes países

Constata-se em suas pesquisas que você desenvolve muitos projetos transnacionais, com pesquisadores de outros países, como por exemplo com o holandês Bert Klandermans. Qual é a importância destes projetos integrados? E como vê a função de ser professor e orientador de pesquisadores de distintos países?

Sabucedo — Acredito que hoje em dia o importante é fazer bons trabalhos. E atualmente, a diferença entre um trabalho com uma pessoa espanhola, como um brasileiro como você, que trabalho com satisfação, com Bert Klandermans, com Michael Billig, ou com outros colegas da América Latina, penso que neste mundo internacionalizado, o normal é fazer isto. Nós trabalhamos com aqueles que têm uma preocupação similar, um tema e um problema de pesquisa similar e, qual é a vantagem? É que isto pode enriquecer, porque possivelmente, primeiro, talvez em meu entorno imediato não encontre alguém que esteja interessado como alguém de outro país. O fato de que eu trabalhe com alguém de fora é porque esta pessoa tem tanto interesse como eu. Se trabalho com alguém de fora, talvez não pude encontrar alguém aqui que pudesse compartilhar ideias. Segundo, normalmente esta pessoa de fora se formou com conteúdos similares, mas também diferentes dos meus, tanto em teorias, como em conceitos e métodos. Algo que contribui com uma riqueza maior a este enfoque. Porque nosso objetivo não é trabalhar um tema a partir de apenas minha perspectiva, senão meu objetivo é conhecer o máximo desse tema. Então o fato de contar com informação, conceitos, teorias e métodos que provêm de pessoas de qualquer parte do mundo, porque a ciência é uma entidade geral. Isto pode me ajudar a compreender melhor determinado fenômeno. Algo muito importante que já assinalavam os primeiros psicólogos sociais considerados ortodoxos, denominados do “regime”, do “Império”. Em um primeiro momento disseram que não podia existir uma psicologia individual, ou uma psicologia apenas de um país. Tem que ser o mais amplo possível. Mas para isso deve-se trabalhar de forma transcultural. Lembre-se quando conversamos no outro dia o caso de Muzafer Sherif, que é turco, que chegou aos Estados Unidos e suspendeu a psicologia individual que se fazia ali. E começou a trabalhar transculturalmente, com pessoas de diferentes países. De fato, como sabe, nesse livro magnífico que eu e você compartilhamos a leitura, de Moscovici e Marková (2006), como eles ilustram como a Psicologia Social nesse momento sentiu a necessidade de se abrir dessa Psicologia Social norteamericana que criticamos todos. Num determinado momento sentiu a necessidade de abrir-se aos outros países, para conhecer, para fazer trabalhos transculturais, para saber se realmente os processos, por exemplo, aquele que chamamos de erro fundamental da atribuição. Quando se julga as condutas dos outros, se faz basicamente pensando na pessoa, em questões pessoais, deixando de lado as questões situacionais. O denominado erro fundamental de atribuição ocorre no Ocidente, como nos outros países também. Isto é algo que poderia se conhecer antes se houvesse esse tipo de colaboração internacional. Portanto acredito que hoje em dia não podemos estar fechados e as fronteiras são artificiais, não são naturais, não é algo que nasceu ali. O mundo, nosso pequeno planeta Terra está em um cosmos que não tem fronteiras. Nós humanos é que fazemos as fronteiras. Em países como Brasil, Espanha, desde cima, ao se ver o planeta, não existem estas fronteiras. Acredito que temos que trabalhar com pessoas de diferentes lugares que compartilham nossas preocupações, e com isso aprendemos uns com os outros. E creio que hoje em dia a ciência é universal, ou não é ciência. E assumindo também evidentemente que existem, mas os processos que consideramos universais não sejam tantos, e a única forma de saber é trabalhando com outros.

E eu sempre, para mim é muito enriquecedor, por exemplo, trabalhar contigo, escutar tuas opiniões, teu ponto de vista, isso me enriquece. Mais que escutar sempre, sigo escutando sempre, ao colega ao lado, ao que vive a 50 metros, ou a 50 quilômetros daqui. Penso que a ciência tem essa vantagem. Inclusive nos obriga a isso, nos obriga a abrir nossas mentes, a trabalhar com pessoas de outros lugares, porque além de ser muito enriquecedor pessoalmente, é muito enriquecedor ao conhecimento que estamos elaborando.

Referências

- Adorno, T. W., Frenkel-Brunswick, E., Levinson, D., & Sanford, N.** (1965). *Personalidad autoritaria*. Buenos Aires: Proyección. (Original publicado em 1950)
- Álvaro, J. L. & Garrido, A.** (2003). *Psicología Social*. Madrid: McGraw Hill.
- Corte, L., Blanco, A., & Sabucedo, J. M.** (Orgs.). (2004). *Psicología y Derechos Humanos*. Barcelona: Icaria.
- Dono, M., Alzate, M., Seoane, & Sabucedo, J. M.** (2018). Development and validation of the Monopoly on Truth Scale. A measure of political extremism. *Psicothema*, 30(3), 330-336. doi: 10.7334/psicothema2017.423
- Dorna, A. & Sabucedo, J. M.** (Orgs.). (2006). *Études et chantiers de Psychologie Politique*. Paris: L'Harmattan.
- Fernández, C. & Sabucedo, J. M.** (2004). *Do descontento a acción: a construcción social da protesta campestre en Galiza*. Vigo, ESP: Editorial Xerais.
- Fromm, E.** (1981). *El miedo a la libertad*. Buenos Aires: Paidós. (Original publicado em 1941)
- Hogg, M. & Vaughan, G. M.** (2010). *Psicología Social*. Madrid: Panamericana.
- Lane, S.** (1990). Psicología Social: Teoría e Práctica. *Psicología & Sociedade*, 4(6), 11-19.
- Moscovici, S.** (1979). *Psychologie des minorités actives*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. & Marková, I.** (2006). *The making of Modern Social Psychology: the hidden story of how an international social science was created*. Cambridge, UK: Polity Press.
- Sabucedo, J. M.** (1985). *Autoritarismo y actitudes socio-políticas*. Santiago de Compostela, ESP: Obradoiro de encuadernación.
- Sabucedo, J. M.** (1996). *Psicología Política*. Madrid: Síntesis.
- Sabucedo, J. M. & Rodríguez, M.** (1997). *Medios de comunicación de masas y conducta política*. Madrid: Biblioteca Nueva.
- Sabucedo, J. M. & Morales J. F.** (Orgs.). (2015). *Psicología Social*. Madrid: Panamericana.
- Sabucedo, J. M. & Sanmartín, J.** (Orgs.). (2007). *Los escenarios de la violencia*. Barcelona: Ariel.
- Turner, J. C.** (1994). El campo de la psicología social. In J. F. Morales, M. Moya, E. Reboloso, J. M. Fernández-Dols, C. Huici, J. Marques, D. Páez, & J. A. Pérez (Orgs.), *Psicología Social* (pp. 3-40). Madrid: McGraw-Hill.
- Vilas, X. & Sabucedo, J. M.** (2012). Moral obligation: a forgotten dimension in the analysis of collective action. *Psicología Social*, 27, 369-375. doi: 10.1174/021347412802845577

DOMENICO UHNG HUR

<https://orcid.org/0000-0002-6766-7024>

Professor de graduação e pós-graduação em Psicologia da UFG. Psicólogo, mestre e doutor em Psicologia Social pela USP, com estágio doutoral na Universidade Autônoma de Barcelona e pós-doutorado na Universidade de Santiago de Compostela. Secretário de pesquisas da Associação Ibero-Latino-americana de Psicologia Política. Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq.

Endereço: Programa de Pós-graduação em Psicologia. Rua 235, s/n. Setor Leste Universitário. Goiânia/GO - CEP: 74605-050

E-mail: domenicohur@hotmail.com

JOSÉ MANUEL SABUCEDO

<https://orcid.org/0000-0002-3002-851X>

Professor catedrático de Psicologia Social da Universidade de Santiago de Compostela (Espanha). Foi membro do Conselho Diretivo da *International Society of Political Psychology* – ISPP. Presidente da Sociedad Científica Española de Psicología Social.

E-mail: josemanuel.sabucedo@usc.es

Histórico	<p>Submissão: 19/05/2018</p> <p>Revisão: 13/07/2018</p> <p>Aceite: 10/08/2018</p>
Financiamento	Domenico Uhng Hur é Bolsista de Produtividade em Pesquisa (PQ-2) do CNPq.
Consentimento de uso de imagem	Não se aplica. Todos os documentos analisados são de acesso livre.